

Juros e Previdência causam polêmica

Mercado estranha taxa média de juros de 13,5% embutida na despesa com a dívida pública

Os pontos que provocaram maior polêmica no mercado financeiro ontem, após a divulgação do Orçamento de 2000, foram a estimativa de taxa de juros paga pela dívida pública no ano que vem e as estimativas de receitas e despesas da Previdência.

A divulgação de que o governo usou uma taxa de juro implícita de 13,5% para o cálculo do gasto com juros da dívida pública no próximo ano deixou o mercado um pouco confuso. A confusão aumentou porque ontem cresceram as especulações sobre o que acontecerá com os juros básicos na reunião de hoje do Comitê de Política Monetária (Copom).

O mercado estranhou a previsão de juros de 13,5%. Hoje as taxas básicas (Selic) estão em 19,5%. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, devido aos questionamentos no mercado, explicou que os 13,5% não significam uma meta para a Selic.

No fim do dia, analistas de mercado acreditavam que a taxa de juros implícita na dívida

para o ano que vem, de 13,5%, considera uma Selic pouco maior (algo em torno de 15% a 16%), mas juros menores nas dívidas em dólar e indexadas a outros fatores. Apesar disso, essa ainda seria uma hipótese otimista para o comportamento dos juros básicos. "Este é um número muito polêmico", diz Raul Velloso, especialista em contas públicas.

Para o ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, uma taxa de juros nominal de 13,5% não é consistente com as condições macroeconômicas do País. Ela impulsionaria um crescimento superior a 4% no PIB, podendo provocar redução de exportações. Juros dessa proporção, explica, implicariam em uma taxa de câmbio próxima a R\$ 2,20, que provocaria uma inflação superior aos 6% previstos para o ano 2000.

Previdência – Outra dúvida é como serão atingidas as receitas e despesas previdenciárias. Ao contrário do que fez com Imposto de Renda e Cofins, o governo não explicitou que os

resultados esperados para a Previdência estivessem vinculados a alguma votação, mas apresentou números considerados otimistas para receitas e despesas dessa conta.

Para Velloso, os números do Orçamento "soam bem", mas algumas hipóteses precisam ser explicadas, como essa melhora nas contas da Previdência. O déficit previsto para o INSS em 99 cairá de 0,98% para 0,93% do PIB. O economista esperava um número constante ou uma pequena elevação. Ele também estranhou o crescimento de 9% nas receitas dessa conta. "É preciso analisar os números e as hipóte-

TAXA DE
CÂMBIO
CHEGARIA
A R\$ 2,20

ses com calma", diz.

Para o diretor da Unibanco Asset Management, Jorge Simino, outra dúvida é o pequeno crescimento nominal – de 8,3% –, nos benefícios entre 1999 e 2000. Esse aumento, descontada a inflação, representaria um crescimento real nos benefícios de apenas 2%, enquanto a média nos últimos anos tem sido de cerca de 10% reais. (D.N. e T.B.)